



SOBRE CONTEÚDO INDÍGENA PRESENTE NOS LIVROS DIDÁTICOS PARA ENSINO FUNDAMENTAL II NO BRASIL: BREVE INCURSÃO NA ÁREA DE LÍNGUA PORTUGUESA

ON INDIGENOUS CONTENT PRESENT IN SCHOOL BOOKS FOR FUNDAMENTAL EDUCATION II IN BRAZIL: A BRIEF INCURSION IN THE PORTUGUESE LANGUAGE AREA

Suane Souza Carvalho

suanecarvalho1@hotmail.com

Bacharel em Direito

Especialista em Direito do Trabalho e Previdenciário

Conciliadora Judicial no Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, Brasil

<http://lattes.cnpq.br/1255340295268750>

RESUMO

O presente estudo é o desdobramento do projeto de pesquisa¹denominado “Rurue rabi” iniciado em 2016 voltado para temática indígena. O tema de estudo deste projeto em 2017 foi conteúdo indígena na escola pública brasileira. A partir do tema proposto iniciou-se a análise detalhada da Coleção “Português Linguagens”, que corresponde à coleção desta área do saber que teve a maior quantidade de exemplares distribuída na rede pública de ensino em 2017 através do Fundo Nacional do Livro Didático - FNDE e do Programa Nacional do Livro e Material Didático - PNLD. A metodologia utilizada baseia-se no levantamento quantitativo de palavras, termos e imagens relacionados aos povos originários encontradas nos livros didáticos que compõem tal coleção, portanto o caráter inovador do trabalho reside na abordagem analítica detalhada e rigorosa dos livros referenciados acima, apresentando resultados quantitativos. Tal estudo é inicial e serve de subsídio para uma discussão mais aprofundada sobre o conteúdo indígena presente ou ausente nestes livros, logo, este trabalho é introdutório, mas pela escassez de discussão referente ao tema, já serve como contribuição acadêmica. O referencial teórico utilizado estende-se a partir de textos normativos, passando por documentos do Ministério da Educação - MEC e o próprio objeto de pesquisa (livros didáticos) que também compõe o referencial, além dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN’S. Em decorrência da análise minuciosa do material pesquisado, necessário se fez elaborar tabelas explicativas com os dados encontrados. Esta produção é permeada de interdisciplinaridade, pois transita nas áreas: educacional - seja ela pedagógica, didática ou de

¹ Projeto Rurue rabi é um projeto de pesquisa desenvolvido na Universidade do Estado da Bahia – UNEB desde 2016 sobre temáticas indígenas. No ano de 2017, a equipe de pesquisadores concentrou-se no conteúdo didático sobre indígenas no Brasil.

formação de professores - e na interface com Língua Portuguesa. Os resultados obtidos apontam para a parca visibilidade da temática indígena na escola brasileira em Língua Portuguesa, levando em consideração que nosso vocabulário miscigenado contém expressiva contribuição dos povos indígenas, seja na nomeação de objetos, seja no folclore ou ainda em nomes próprios e de localidades. A presença da contribuição linguística indígena para o português do Brasil é bastante significativa no cotidiano e deve ser em igual medida estudada nas escolas como elemento formador da cultura brasileira. Esses resultados alertam para a necessidade de discussão mais ampla sobre a inserção do conteúdo indígena nos livros didáticos. Tais resultados impulsionam os pesquisadores a seguirem para a segunda etapa da pesquisa, qual seja, a análise qualitativa dos achados.

Palavras- chave: PNLD. Ensino Fundamental. Indígena. Livro didático. Língua Portuguesa.

ABSTRACT

The present study is the result of the research project called “Rurue rabi” started in 2016 focused on indigenous themes. The theme of study for this project in 2017 was indigenous content in the Brazilian public school. Based on the proposed theme, a detailed analysis of the “Português Linguagens” Collection began, which corresponds to the collection of this area of knowledge that had the largest number of copies distributed in the public school system in 2017 through the National Textbook Fund - FNDE and the National Book and Didactic Material Program - PNLD. The methodology used is based on the quantitative survey of words, terms and images related to the original peoples found in the textbooks that make up such a collection, so the innovative character of the work lies in the detailed and rigorous analytical approach of the books referenced above, presenting quantitative results. Such a study is initial and serves as a subsidy for a more in-depth discussion on the indigenous content present or absent in these books, therefore, this work is introductory, but due to the lack of discussion regarding the theme, it already serves as an academic contribution. The theoretical framework used extends from normative texts, through documents from the Ministry of Education - MEC and the research object itself (textbooks) that also make up the framework, in addition to the National Curriculum Parameters - PCN’S. Due to the thorough analysis of the researched material, it was necessary to elaborate explanatory tables with the data found. This production is permeated with interdisciplinarity, as it transits in the areas: educational - be it pedagogical, didactic or teacher training - and in the interface with the Portuguese language. The results obtained point to the limited visibility of the indigenous theme in the Brazilian school in Portuguese, taking into account that our mixed vocabulary contains an expressive contribution of indigenous peoples, whether in the naming of objects, in folklore or in their own names and localities. The presence of indigenous linguistic contribution to Brazilian Portuguese is quite significant in everyday life and should be equally studied in schools as a forming element of Brazilian culture. These results alert to the need for a broader discussion on the inclusion of indigenous content in textbooks. Such results encourage researchers to move on to the second stage of the research, namely, the qualitative analysis of the findings.

Keywords: PNLD. Elementary School. Indigenous. Textbook. Portuguese language.

INTRODUÇÃO

A Educação básica no Brasil, em especial a modalidade de Ensino Fundamental desperta bastante interesse dos educadores em aspectos como avaliação, prática pedagógica, evasão, dentre outros. No entanto a discussão sobre o material didático escolar em geral e sobre seu conteúdo acaba ficando em segundo plano. O presente trabalho é fruto da inquietação dos seus autores sobre a estrutura de fornecimento dos livros didáticos no Brasil para os estudantes das séries finais da supracitada modalidade, bem como a presença do conteúdo indígena em tais livros, com foco especial nos exemplares de Língua Portuguesa.

O presente estudo é o desdobramento do projeto de pesquisa² voltado para temática indígena e se apoia na análise da legislação pertinente e de dados estatísticos correlatos. Tal estudo é inicial e serve de subsídio para uma discussão mais aprofundada sobre o conteúdo indígena presente ou ausente nestes livros, logo, este trabalho é introdutório, mas pela escassez de discussão referente ao tema, já serve como contribuição acadêmica.

O objetivo precípua é apresentar a forma, importância e repercussão do livro didático no ensino fundamental com destaque para o conteúdo indígena presente neste tipo de material didático.

Utilizou-se metodologicamente de uma revisão de textos normativos, coleta e interpretação de dados estatísticos, abordagem dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN'S"; e de análise minuciosa da Coleção "Português Linguagens" para edificar a fundamentação teórica das laudas que se seguem.

A distribuição do texto configura-se na abordagem da estrutura de fornecimento do livro didático através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE; abordagens dos PCN'S; análise da Coleção "Português Linguagens" e Considerações Finais.

Através da análise normativa, apresenta-se com clareza as etapas de aquisição, avaliação e distribuição dos livros, destrinchando-se todo o processo de fornecimento dos livros didáticos aos alunos do Ensino Fundamental II. A abordagem dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN'S, bem como do PCN de Língua Portuguesa, trazem a base para a discussão sobre os conteúdos que devem ser articuladamente transmitidos na escola

² Projeto Rurabi é um projeto de pesquisa desenvolvido na Universidade do Estado da Bahia – UNEB, no Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias – DCHT XIX em Camaçari desde 2016 sobre temáticas indígenas. No ano de 2017, a equipe de pesquisadores concentrou-se no conteúdo didático sobre indígenas no Brasil.

brasileira, e que em parte significativa, é feita por meio do livro didático. A apresentação dos dados estatísticos atuais relacionados ao tema consubstanciam a importância e relevância do livro didático além de demonstra sua extensão, logo, remete a responsabilidade da boa escolha deste recurso didático pelo impacto que produz ou não na formação dos educandos.

Por fim, a incursão na Coleção “Português Linguagens”, analisando minuciosamente os textos e gravuras da obra propiciou comparar se as exigências contidas nos PCN’S encontram-se contempladas.

Esta produção é permeada de interdisciplinaridade, pois transita nas áreas educacional, jurídica e da Língua Portuguesa, pois apresenta a análise da Coleção” Português Linguagens” como resultado da pesquisa quantitativa específica sobre a presença do conteúdo indígena nesta área do saber.

1 SOBRE A ESTRUTURA DO LIVRO DIDÁTICO NO BRASIL

O Brasil assumiu a partir do ano de 1996, através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB o compromisso de fornecer material didático aos educandos do ensino público conforme se depreende ao artigo 4º inciso VIII da supracitada lei “O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de [...] atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde” (Brasil, 1996) (grifo nosso).

Destaca-se que o atendimento preconizado pela LDB é extensivo a todas as etapas da educação básica, assim compreendida por toda a educação infantil passando pelo ensino fundamental³ estendendo-se ao ensino médio conforme esclarece a Agência de Notícias dos Direitos da Infância - ANDI⁴ em seu sítio eletrônico:

A LDB atribui à educação básica a finalidade de desenvolver o educando, assegurando-lhe a formação comum essencial para exercer a cidadania.

³ Ensino Fundamental subdivide-se em I e II ou também pode se chamado de series iniciais e series finais.

⁴ Trata-se de uma organização, sem fins lucrativos e apartidária, que articula diversas ações voltadas para o desenvolvimento. Formalmente criada em 1993, as principais estratégias da agência estão baseadas na promoção e no fortalecimento de um relacionamento ético e profissional entre as faculdades de comunicação, redações de veículos e entidades ligadas à agenda do desenvolvimento sustentável e dos direitos humanos, assim como os poderes públicos. A ANDI surgiu no Brasil logo após o país promulgar a sua nova Constituição, em 1988. Em seu artigo 227, a nova carta proclamava que os direitos das crianças e dos adolescentes deveriam ser tratados como prioridade pela sociedade, Estado e família. Dois anos mais tarde foi aprovado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

prosseguir seus estudos e ingressar no mercado de trabalho. Engloba a educação infantil, o ensino fundamental obrigatória de nove anos e uma educação básica média. A educação de jovens e adultos (EJA) é considerada uma modalidade da educação básica. (grifo nosso)

Não resta dúvida sobre a abrangência da educação básica no Brasil e de sua importância, pois como bem ressaltado na transcrição acima, tal educação contribui para o exercício da cidadania e o ingresso no mercado de trabalho. O exercício de cidadania deve ser aprendido na educação básica e o conteúdo dos materiais didáticos fornecidos pelo Governo aos seus educandos implica diretamente neste exercício.

A defesa da educação básica e a obrigatoriedade do Estado fornecer suporte didático não se restringem a lei ordinária 9.394/96, mas está presente também no texto constitucional, artigo 208, incisos I e VII⁵ e anteriormente previsto, em 1968, através do Ministério da Educação quando instituiu o Fundo Nacional do desenvolvimento da Educação - FNDE, o qual é objeto de análise no tópico a seguir.

1.1 FNDE e a relação com o PNLD

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE é uma autarquia criada pela lei 5.537/68⁶ que está vinculada ao Ministério da Educação e como bem se verifica no site do referido Ministério tal autarquia é responsável por:

Além de inovar o modelo de compras governamentais, os diversos projetos e programas em execução – Alimentação Escolar, Livro Didático, Dinheiro Direto na Escola, Biblioteca da Escola, Transporte do Escolar, Caminho da Escola, Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil – fazem do FNDE uma instituição de referência na Educação Brasileira. (BRASIL, 1968) (grifo nosso).

⁵ Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

⁶ LEI Nº 5.537, DE 21 DE NOVEMBRO DE 1968. Cria o Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação e Pesquisa (INDEP), e dá outras providências. Art. 1º. É criado, com personalidade jurídica de natureza autárquica, vinculado ao Ministério da Educação e Cultura, o Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE). (Artigo com redação dada pelo Decreto-Lei nº 872, de 15/9/1969)

O programa para livro didático foi uma atribuição desde a criação do FNDE, sendo este responsável não apenas pela sua operacionalização como também pela execução de acordo com o site do próprio MEC que assim dispõe:

O FNDE é responsável pela operacionalização dos Programas do Livro. Na execução dos programas cabe à autarquia:
I - organizar e apoiar a inscrição de obras e dos titulares de direito autoral ou de edição;
II - analisar a documentação e proceder à habilitação dos titulares de direito autoral ou de edição;
III - realizar a triagem das obras, diretamente ou por meio de instituição conveniada ou contratada para este fim;
IV - apoiar o processo de escolha ou montagem dos acervos e compilar seus resultados, a fim de subsidiar as fases de negociação, aquisição, produção e distribuição;
IV - realizar a negociação de preços e formalizar os contratos de aquisição;
V - acompanhar e realizar o controle de qualidade da produção e distribuição das obras, de acordo com as especificações contratadas. (www.mec.gov.br) (grifo nosso).

Duas atribuições acima dispostas estão diretamente vinculadas ao presente estudo, quais sejam: negociação de preços e distribuição das obras. Através de dados estatísticos acostados no anexo deste artigo acadêmico e no último tópico de desenvolvimento, retornaremos as essas atribuições. De maneira sucinta, vale lembrar que o volume de exemplares adquiridos para distribuição em todo o país envolve altos custos financeiros e demandas logística de entrega.

O FNDE expediu a Resolução nº 42/2012 que instituiu o Programa Nacional de Livro Didático - PNLD, o qual foi em 2017 alterado através do decreto 9.099 que aglutinou material didático ao referido programa. Com base na referida Resolução, algumas considerações nortearam a instituição do PNLD, sendo destacadas neste trabalho as seguintes:

- a) Diversidade social e cultural: O conteúdo indígena só poderá fazer parte da escola brasileira se a diversidade social e cultural for admitida e considerada como prevê a mencionada Resolução em seu texto introdutório “[...] as diversidades sociais e culturais que caracterizam a população e a sociedade brasileira, demandando a garantia de oportunidades e a igualdade de condições para o acesso e a permanência dos alunos na escola”; (Texto Introdutório da Resolução 42/2012) (grifo nosso).
- b) Realidade dos alunos: No processo de escolha dos livros didáticos a serem aplicados na rede pública de ensino, a presença do professor é essencial, pois ele conhece o alunado, ou melhor dizendo, conhece a realidade dos educandos e portanto deve escolher obras que potencializem o poder formador da escola. Sendo assim

reitera-se que “ [...] a importância da participação dos docentes no processo de escolha dos livros, em função do conhecimento da realidade dos seus alunos e das suas escolas.” (texto introdutório da Resolução 42/2012) (grifo nosso).

Dentre as considerações destacadas acima, ressaltamos a diversidade social e cultural em especial, pois busca-se demonstrar neste trabalho, como tais diversidades aparecem ou não no material didático analisado.

Cabe informar que no artigo 1^o7 da resolução ministerial educacional numerada de 42 está esculpido o cerne do PNLD quanto ao público atendido e tipologia do livro didático.

Prover as escolas públicas de ensino fundamental e médio com livros didáticos e acervos de obras literárias, obras complementares e dicionários, no âmbito do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). § 1^o As escolas do ensino fundamental serão beneficiadas com: I - livros didáticos, seriados e consumíveis,[...] (BRASIL,2012) (grifo nosso).

Ou seja, o público alvo direto é a escola pública de ensino fundamental e média tendo como público alvo indireto, os alunos destas escolas. A tipologia do material didático abrange os livros, vinculados às séries e disponíveis no mercado para ampla escolha, portanto edições consumíveis.

2. ANALISANDO O PROGRAMA NACIONAL DE LIVROS E MATERIAL DIDÁTICO

Para fins didáticos, a abordagem do PNLD é feita neste estudo, a partir dos seguintes elementos: participantes do programa, formas de aquisição dos livros pelo programa, avaliação pedagógica do material a ser distribuído e formas de atendimento. Em seguida abordar-se-á a alteração instituída no referido programa no ano de 2017, que incidiu de maneira singular sobre os participantes e avaliação pedagógica, estabelecendo também os objetivos e diretrizes do PNLD.

⁷ . Prover as escolas públicas de ensino fundamental e médio com livros didáticos e acervos de obras literárias, obras complementares e dicionários, no âmbito do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). § 1^o As escolas do ensino fundamental serão beneficiadas com: I - livros didáticos, seriados e consumíveis, para 1^o ao 3^o ano, abrangendo os componentes curriculares de Letramento e Alfabetização e Alfabetização Matemática; II - acervos de obras literárias para alfabetização na idade certa em salas de aula de 1^o ao 3^o ano; III - acervos de obras complementares para uso corrente em salas de aula de 1^o ao 3^o ano, abrangendo as áreas do conhecimento de Linguagem e Códigos, Ciências Humanas e Ciências da Natureza e Matemática; IV - livros didáticos, seriados e reutilizáveis, para 2^o ao 9^o ano, abrangendo os componentes curriculares de Ciências, História e Geografia, podendo haver um volume de âmbito regional do 4^o ou 5^o ano para cada uma das duas últimas disciplinas; V - livros didáticos, seriados e reutilizáveis, para 4^o ao 9^o ano, abrangendo os componentes curriculares de Língua Portuguesa e Matemática; VI - livros didáticos, seriados e consumíveis, para 6^o ao 9^o ano, abrangendo o componente curricular de Língua Estrangeira (Inglês ou Espanhol) e VII - acervos de dicionários, para uso em salas de aula de 1^o ao 9^o ano, com tipologia adequada para cada faixa etária.

2.1 Dos participantes do PNLD

O PNLD atende um grande número de estudantes, pois conforme artigo 2º⁸ da Resolução 42/2012 as escolas federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal são participantes do programa.

Com base no Decreto 9.099/2017, artigo 1º § 5º, algumas entidades escolares foram acrescidas ao referido programa, a saber: “instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o poder público, desde que observem o disposto no § 1º do art. 8º da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007”. Por força do supracitado decreto, percebe-se o quão ampliado foi o número de estudantes atendidos.

Tais escolas assinam termo único de adesão com o FNDE e quando não desejarem mais serem participantes do PNLD, devem solicitar a suspensão das remessas de material ou sua exclusão do programa segundo parágrafo 1º⁹ do supracitado artigo 2º. Para fins de permanência no programa, o mês de maio de cada ano é o prazo limite conforme preconiza o parágrafo 3º do artigo 2º da Resolução 42, *in verbis*,

As adesões, suspensões e exclusões que forem protocoladas após o término do mês de maio de cada ano ficam sujeitas a não serem consideradas para fins de atendimento no próximo período letivo, conforme as condições operacionais vigentes, podendo ter efeito somente a partir do período letivo posterior. (BRASIL, 2012)

Levando em consideração que a aquisição dos livros didáticos ocorre com recursos financeiros advindos dos cofres públicos, pressupõe-se que o tempo de tramitação, cumprindo o princípio da legalidade da administração pública, seja um requisito essencial para que o fornecimento dos materiais didáticos aconteçam dentro do prazo adequado para uso e cumprimento da eficácia.

2.2 Da aquisição dos livros

A aquisição do livro didático dentro do FNLD atende à redação da Resolução 44/2013 CD/FNDE/MEC, que classificou como regular, a aquisição para distribuição de exemplares de livros didáticos tendo por base as projeções de matrículas das escolas participantes. Tal

⁸ Art. 2º Para participar do PNLD, as escolas federais e as redes de ensino estaduais, municipais e do Distrito Federal devem firmar um termo de adesão específico, disponibilizado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

⁹ § 1º O termo de adesão deve ser encaminhado uma única vez, ficando a partir de então os beneficiários que não desejarem mais participar do PNLD obrigados a solicitar a suspensão das remessas de material ou a sua exclusão do Programa, mediante ofício ao FNDE.

atendimento está explicitado na Resolução 43/2012, artigo 3º¹⁰ e representa a segunda etapa do processo de fornecimento do livro didático pelo PNLD. Com base na legislação citada, observa-se que o censo escolar serve de base dados para as quantidades de exemplares serem adquiridos.

Destaca-se esta distribuição ocorre durante 4 anos, sendo a primeira entrega a que contem maior número de exemplares, pois nos três anos subsequentes haverá apenas complementação ou reposição, se houver indicação através do censo escolar que monitora a oscilação do quantitativo de alunos. Daí ser muito importante a atualização dos dados escolares e observação dos processos de evasão e repetência.

2.3 DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DOS LIVROS

Ressalta-se com base no Decreto 9.099/2017, artigo primeiro¹¹, que a distribuição do material didático, incluindo-se os livros, tem caráter gratuito.

A avaliação, escolha e aquisição do livro didático ocorrem sistematicamente a partir de três eixos: forma periódica; garantia de ciclos trienais; alternância. A forma periódica permite a atualização do conteúdo. Os ciclos trienais são regulares para evitar a falta do material didático e tais ciclos são também alternados para intercalar o atendimento aos distintos segmentos. Sendo assim, a inteligência do artigo 4º, § 1º¹² (Resolução 42/2012) escalona o fornecimento e utilização do material.

O quadro 1 ilustra os ciclos citados acima, bem como demonstra a tipologia do livro didático fornecido pelo PNLD e que tem neste trabalho alguns de seus exemplares estudados dentro do triênio 2017 /2019.

¹⁰ Art. 3º As aquisições de material para atendimento às escolas registradas no censo escolar realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e participantes do PNLD serão realizadas da seguinte forma:(Redação dada pela Resolução 44/2013/CD/FNDE/MEC)

I - regular, para distribuição do quantitativo básico de exemplares dos livros didáticos para alunos e professores e dos acervos para salas de aula definido a partir das projeções de matrículas das escolas participantes.(Acrescentado pela Resolução 44/2013/CD/FNDE/MEC)

¹¹ Art. 1º O Programa Nacional do Livro e do Material Didático - PNLD, executado no âmbito do Ministério da Educação, será destinado a avaliar e a disponibilizar obras didáticas, pedagógicas e literárias, entre outros materiais de apoio à prática educativa, de forma sistemática, regular e gratuita, às escolas públicas de educação básica das redes federal, estaduais, municipais e distrital e às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o Poder Público.

¹² Art. 4º O processo de avaliação, escolha e aquisição de livros didáticos ocorrerá de forma periódica, de modo a garantir ciclos regulares trienais alternados, intercalando o atendimento aos distintos segmentos, conforme calendário definido no Anexo desta Resolução. § 1º Os livros didáticos reutilizáveis adquiridos para utilização no primeiro ano do triênio deverão ser conservados por três anos, e aqueles enviados a título de reposição ou complementação no segundo e terceiro anos deverão ser conservados, respectivamente, por dois e um ano.

Quadro 1- Ciclo de fornecimento do livro didático

Período de recebimento	Tempo de conservação	Tipo de material
Primeiro ano do triênio	3 anos	Aquisição de livros reutilizáveis
Segundo ano do triênio	2 anos	Reposição de livros reutilizáveis
Terceiro ano do triênio	1 ano	Complementação de livros reutilizáveis

Fonte: Elaborado pelos autores, 2018

44

3 DECRETO 9.099/2017 E O PNLD

As inovações trazidas pelo Decreto 9.099/2017¹³ e que tem aderência com o tema discutido neste trabalho acadêmico são: os objetivos do Programa Nacional do Material e Livro Didático, bem como suas diretrizes e os critérios de avaliação pedagógica das obras a serem distribuídas por tal programa.

Dentre os objetivos previstos no artigo 2º do Decreto 9.099/17 destacamos "democratizar o acesso às fontes de informação e cultura", pois a temática indígena no Brasil, quase sempre escamoteada, encontra vários óbices ao acesso de conteúdo original e correto. O presente objetivo está em consonância com as considerações esboçadas na Resolução 42/2012 quanto a diversidade cultural.

Já no que diz respeito às diretrizes norteadoras do PNLD presentes no artigo 3º do retro citado decreto, destacamos "o respeito ao pluralismo de ideias e concepções pedagógicas e o respeito às diversidades sociais, culturais e regionais". Ambas diretrizes coadunam com o objetivo destacado acima e subsidiam nossa análise dos livros didáticos e subsequentemente com a Resolução 42.

No que concerne à avaliação pedagógica dos materiais didáticos, estabelecida no artigo 10º e incisos¹⁴, dentro do programa em análise, alguns critérios merecem tratamento especial, a saber:

¹³ Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro e do Material Didático.

¹⁴ Art. 10. A avaliação pedagógica dos materiais didáticos no âmbito do PNLD será coordenada pelo Ministério da Educação com base nos seguintes critérios, quando aplicáveis, sem prejuízo de outros que venham a ser previstos em edital: I - o respeito à legislação, às diretrizes e às normas gerais da educação; II - a observância aos princípios éticos necessários à construção da cidadania e ao convívio social republicano; III - a coerência e a adequação da abordagem teórico-metodológica; IV - a correção e a atualização de conceitos, informações e procedimentos; V - a adequação e a pertinência das orientações prestadas ao professor; VI - a observância às

a) Respeito à legislação, às diretrizes e às normas gerais da educação: entende-se assim que o livro didático a ser avaliado, adquirido e distribuído nas escolas brasileiras deve atender aos ditames da legislação específica (aqui analisada), se não, qual seria o propósito de elaborar e sancionar normas tão específicas em matéria educacional;

b) Observância aos princípios éticos necessários à construção da cidadania e ao convívio social republicano: deve ainda observar princípios éticos, como a não discriminação de povos e exercício de cidadania, este último presente na LDB/96. É na escola que se inicia a discussão sobre cidadania, ética e etnia, portanto a necessidade do conteúdo indígena fazer parte dos livros didáticos e assim da escola.

c) Coerência e a adequação da abordagem teórico-metodológica: a seleção dos conteúdos presentes no livro didático deve ser uma decorrência da coerência de abordagem que o professor pretende demonstrar para com a realidade do aluno.

d) Qualidade do texto e a adequação temática: em especial, esse critério, interage com a temática deste trabalho. Não basta a existência de textos que abordem os povos originários, é necessário que haja qualidade nos mesmos.

Em apertada síntese a apresentação de coerência teórico-metodológica dos conteúdos além de textos adequados a cada temática e de boa qualidade contribuem efetivamente para a formação cidadã e de boa qualidade dos educandos, atingindo assim o objetivo do PNLD destacado em tópicos anteriores.

3.1 Livro didático e PCN's

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) constituem um conjunto de proposições que servem como referência para um ensino fundamental de qualidade em todo país. Em sua formação, leva em consideração decisões regionais e locais sobre currículos e programas desenvolvidos pelas autoridades governamentais, escolas e professores. Dessa forma, trata-se de um modelo aberto, flexível, que atenda às diversidades socioculturais de todas as regiões do País.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional aponta como necessidade a formação básica do aluno. É nesse cenário que os parâmetros curriculares Nacionais atuam

regras ortográficas e gramaticais da língua na qual a obra tenha sido escrita; VII - a adequação da estrutura editorial e do projeto gráfico; e VIII - a qualidade do texto e a adequação temática.

como propostas de conteúdo mínimo e de práticas pedagógicas que devem ser desenvolvidas na experiência escolar.

O PCN possui como principal fundamento, o princípio da equidade, nesse aspecto, reconhece a existência de diversidade no processo de aprendizado, mas a partir da instituição de parâmetros uniformes nacionais promove um referencial comum para a formação escolar no Brasil, sem descaracterizar as diferenças e peculiaridades culturais e regionais.

Além disso, sua função é garantir que os investimentos no sistema educacional sejam corretamente direcionados, socializando discussões, pesquisas e recomendações. Nesse sentido dispõe livro de introdução aos PCN 'S:

O estabelecimento de uma referência curricular comum para todo o País, ao mesmo tempo que fortalece a unidade nacional e a responsabilidade do Governo Federal com a educação, busca garantir, também, o respeito à diversidade que é marca cultural do País, mediante a possibilidade de adaptações que integrem as diferentes dimensões da prática educacional. (PCN'S -1997 -25)

Neste prisma, os Parâmetros Curriculares Nacionais devem expressar a possibilidade de um sistema de educação de qualidade determinando práticas adequadas aos anseios sociais, políticos, culturais de cada região a partir de conceitos abertos e práticas que potencializem a formação do cidadão, respeitando a igualdade de direitos e dignidade humana e o respeito às diferenças.

Conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais, constitui um dos objetivos do ensino fundamental elencados pelo PCN.

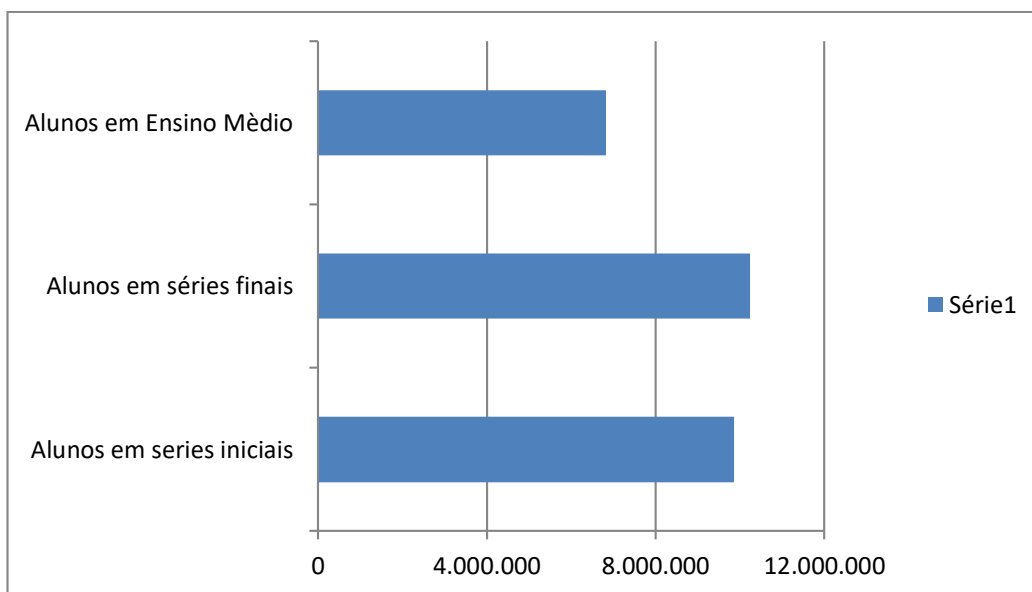
4 DOS DADOS ESTATÍSTICOS DO LIVRO DIDÁTICO

Como anunciado anteriormente, este tópico trata dos dados estatísticos referentes a aquisição e distribuição dos livros didáticos. Por força do princípio de transparência nas ações da administração pública, tais dados são de acesso geral.

O FNDE divulga em sua tabela de referencia do ano 2017¹⁵ quantitativos bastante significativos quanto ao volume de escolas e estudantes atendidos no Ensino fundamental, bem como, quanto aos valores destinados a tal aquisição. A cifra dos milhões para alunos e livros dá a dimensão do vulto de recursos investidos pelos PNDL, podendo-se também inferir a abrangência dos materiais didáticos.

Na tabela acostada (anexo) a este trabalho depreende-se claramente que o quantitativo de alunos em anos iniciais (9.854.435) atendidos pela distribuição de livros didáticos é menor do que o volume de alunos em anos finais (10.232.539) atendidos, havendo um decréscimo maior ainda em relação aos alunos de nível médio (6.830.011). Graficamente, a distribuição dos livros didáticos por alunos se apresenta assim:

Gráfico 1 – Comparativo de distribuição do livro didático por alunos

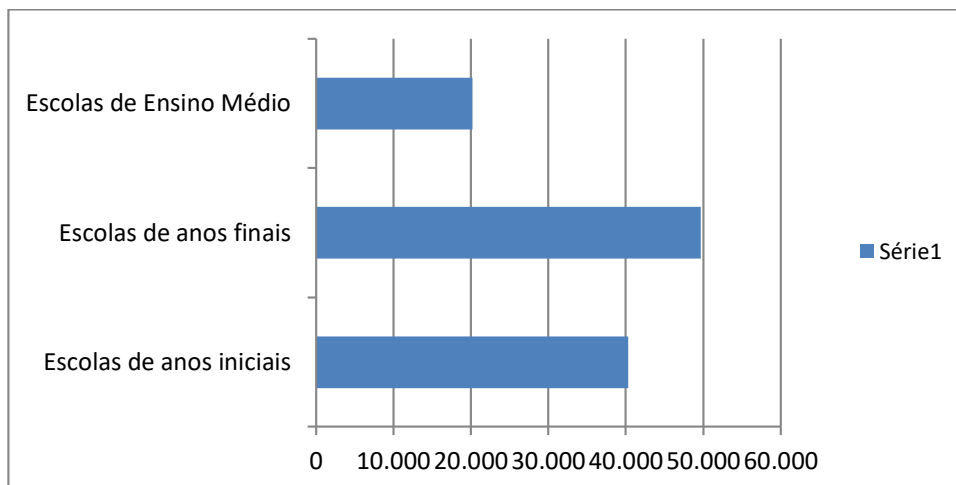


Fonte: elaborado pelos autores/2018

Quando se faz a análise da distribuição dos livros didáticos por escolas, encontram-se tais quantitativos: 40.309 escolas de anos iniciais; 49.702 escolas de anos finais; e apenas 20.228 escolas de Ensino Médio. Mais um vez, se verifica um decréscimo no quantitativo de livros que chegam para o Ensino Médio. No gráfico 2 pode-se visualizar melhor as diferenças numéricas elencadas em relação as escolas atendidas com distribuição de livros didáticos.

¹⁵ Tabela em anexo. Dados Estatísticos Por Unidade Da Federação.

Gráfico 2- Comparativo de distribuição do livro didático por escolas



Fonte: elaborado pelos autores/2018

Cabe destaque na abordagem dada aos quantitativos de exemplares, pois foram adquiridos 31.906.692 livros didáticos para séries iniciais, enquanto que se adquiriu 79.206.518 livros e para o Ensino Médio, a aquisição foi de 33.611.125. Verifica-se que são utilizados 7 livros por alunos em decorrência das disciplinas ministradas. Há ainda exemplares que foram adquiridos para os professores e um número “X” de livros como reserva técnica¹⁶, uma vez que a aquisição é quadrienal.

Os valores pagos no ano de 2017 para todo o volume de livros didáticos no Brasil é no montante de R\$ 270.055.358,62 para os anos iniciais, seguido de R\$ 639.501.256,49 para os anos finais e o ensino médio contabilizou R\$ 1.246.729.168,56, portanto somas altas e por obviedade, custeadas por impostos pagos por todos os brasileiros.

Pelos quantitativos apresentados depreende-se o alcance do livro didático no Brasil e portanto cabe questionar sobre o conteúdo que é vinculado nestes livros, pois tal conteúdo compõe a formação dos estudantes brasileiros.

5. ANÁLISE QUANTITATIVA DO CONTEÚDO INDÍGENA PRESENTE NA COLEÇÃO “PORTUGUÊS LINGUAGENS” EM USO NO ANO DE 2017 NA REDE PÚBLICA DE ENSINO FUNDAMENTAL II.

Reiteramos que a obra analisada neste tópico deve atender aos propósitos gerais dos PCN’S, já apresentados em tópico anterior, bem como às exigências específicas da área. Desta

¹⁶ A reserva técnica aparece quantificada na tabela de referência acostada a este texto.

forma, é inevitável o estudo sobre esse viés sem a abordagem da contribuição linguística do indígena e sua participação efetiva para a construção do patrimônio cultural. Diante de todo o exposto, presume-se que o livro didático distribuído para a grande maioria das escolas venha a contemplar propósito do PCN específico de Língua Portuguesa que considera

Toda educação verdadeiramente comprometida com o exercício da cidadania precisa criar condições para o desenvolvimento da capacidade de uso eficaz da linguagem que satisfaça necessidades pessoais — que podem estar relacionadas às ações efetivas do cotidiano, à transmissão e busca de informação, ao exercício da reflexão. (PCN – Língua Portuguesa – 25)

Portanto os critérios de sua adoção do livro didático pelos professores devem ser norteados por esse compromisso com uma educação verdadeira e que atenda a pelo menos um dos objetivos gerais da Língua Portuguesa para o Ensino Fundamental, qual seja, “conhecer e analisar criticamente os usos da língua como veículo de valores e preconceitos de classe, credo, gênero ou etnia”. (PCN – Língua Portuguesa – 3)(grifo nosso).

Este objetivo vincula especialmente o estudo da Língua Portuguesa à temática indígena pois aborda valores e preconceitos de classe ou etnia. Os autores deste texto entendem que a presença do conteúdo indígena em livros de Língua Portuguesa é condição essencial para que tal objetivo seja alcançado. Neste diapasão verifica-se que o livro didático no Brasil é escolhido a cada 4 anos dentro do Programa Nacional do Livro Didático e obedecendo a orientação curricular do PCN de cada área do saber.

No ano de 2017, o livro de Língua Portuguesa mais escolhido entre os professores que ministram essa disciplina e conseqüentemente, o mais distribuído em todo o Brasil para o Ensino Fundamental II foi a Coleção “Português Linguagens” como se bem se verifica nos números oficiais disponibilizados pelo Ministério da Educação em seu site eletrônico através da planilha demonstrativa de distribuição dos livros didáticos. Por opção dos autores deste trabalho, apresenta-se um recorte da referida planilha, no qual se visualiza nome das duas coleções de conteúdo de Língua Portuguesa com maior distribuição durante o ano de 2017. Vale ressaltar que a diferença numérica entre a coleção de maior distribuição e sua subsequente é de mais de 4.500.000 exemplares.

Imagem 01 - Distribuição de livros de Geografia em 2017 pelo PNLD

Língua Portuguesa

Item	Código da Coleção	Nome da Coleção	Código do Livro	Nome do Título	Tipo	Qtde de Exemplares	Qtde de Exemplares
1º	0055P17012	PORTUGUÊS: LINGUAGENS	0055P17012006I	PORTUGUÊS: LINGUAGENS	LIVRO DO ALUNO	1.572.329	5.792.929
			0055P17012006I	PORTUGUÊS: LINGUAGENS	MANUAL DO PROFESSOR	32.971	
			0055P17012007I	PORTUGUÊS: LINGUAGENS	LIVRO DO ALUNO	1.472.436	
			0055P17012007I	PORTUGUÊS: LINGUAGENS	MANUAL DO PROFESSOR	32.035	
			0055P17012008I	PORTUGUÊS: LINGUAGENS	LIVRO DO ALUNO	1.365.793	
			0055P17012008I	PORTUGUÊS: LINGUAGENS	MANUAL DO PROFESSOR	31.132	
			0055P17012009I	PORTUGUÊS: LINGUAGENS	LIVRO DO ALUNO	1.255.918	
			0055P17012009I	PORTUGUÊS: LINGUAGENS	MANUAL DO PROFESSOR	30.315	
2º	0061P17012	SINGULAR & PLURAL - LEITURA, PRODUÇÃO E ESTUDOS DE LINGUAGEM	0061P17012006I	SINGULAR & PLURAL - LEITURA, PRODUÇÃO E ESTUDOS DE LINGUAGEM	LIVRO DO ALUNO	305.353	1.108.198
			0061P17012006I	SINGULAR & PLURAL - LEITURA, PRODUÇÃO E ESTUDOS DE LINGUAGEM	MANUAL DO PROFESSOR	7.279	
			0061P17012007I	SINGULAR & PLURAL - LEITURA, PRODUÇÃO E ESTUDOS DE LINGUAGEM	LIVRO DO ALUNO	279.440	
			0061P17012007I	SINGULAR & PLURAL - LEITURA, PRODUÇÃO E ESTUDOS DE LINGUAGEM	MANUAL DO PROFESSOR	6.976	
			0061P17012008I	SINGULAR & PLURAL - LEITURA, PRODUÇÃO E ESTUDOS DE LINGUAGEM	LIVRO DO ALUNO	258.930	
			0061P17012008I	SINGULAR & PLURAL - LEITURA, PRODUÇÃO E ESTUDOS DE LINGUAGEM	MANUAL DO PROFESSOR	6.760	
			0061P17012009I	SINGULAR & PLURAL - LEITURA, PRODUÇÃO E ESTUDOS DE LINGUAGEM	LIVRO DO ALUNO	236.898	
			0061P17012009I	SINGULAR & PLURAL - LEITURA, PRODUÇÃO E ESTUDOS DE LINGUAGEM	MANUAL DO PROFESSOR	6.562	

Fonte: Fundo Nacional De Desenvolvimento Da Educação – FNDE. Programa Nacional Do Livro Didático – PNLD Coleções Mais Distribuídos - PNLD 2017 - Anos Finais Do Ensino Fundamental

O quantitativo superior a 5 milhões destes exemplares é extremamente significativo e contribui sobremaneira na formação dos educandos, portanto verificar de que maneira o conteúdo indígena aparece nestes exemplares revela a forma como os sujeitos linguísticos/sociais e históricos (índios) estão presentes na formação educacional. O referido quantitativo é verificado pela imagem a seguir:

5.1 Livro de português para 6º ano do Ensino Fundamental II.

O livro destinado ao 6º ano apresenta-se subdivido em 4 Unidades de Estudo, as quais contém 3 capítulos, totalizando 12 capítulos. Dentre as unidades de estudo, apenas 2 delas fazem referência ao conteúdo indígena ou seja em 50% das Unidades. Contudo, dos 12 capítulos distribuídos nas Unidades, somente 2 deles fazem referência ao indígena, perfazendo um percentual 16,67% dos capítulos tratam da referida temática.

Dessa forma, na Unidade 01, no capítulo 02, aparece 01 expressão que remete ao conteúdo indígena presente na pág. 36. O conteúdo das expressões será analisado em tópico específico. Na unidade 04, capítulo 01, na página 201, há apenas a indicação de um livro com conteúdo pertinente aos povos nativos.

A tabela 1 ilustra graficamente as aparições encontradas nas unidades, nos capítulos, em forma de texto e de imagem:

Tabela 1- Ocorrências textuais no livro de 6º ano – Coleção “Português Linguagens”

	Unidades	Capítulo	Textos
	1	2: Pato aqui, pato acolá	Página 36: 1 ocorrência
	4	1: Verde, adoro ver-te	Página 201 : 1 ocorrências.
Total	2 Unidades	2 Capítulos	2 ocorrências em texto

Fonte: elaborado pelos autores, 2018

Verifica-se que nenhuma imagem remissiva aos indígenas foi encontrada no livro de 6º ano da referida coleção. Neste sentido percebe-se que os PCN’S de Língua Portuguesa não estão correspondidos em sua completude, pois esses parâmetros propugnam que a

[...] a língua é um sistema de signos histórico e social que possibilita ao homem significar o mundo e a realidade. Assim, aprendê-la é aprender não só as palavras, mas também os seus significados culturais e, com eles, os modos pelos quais as pessoas do seu meio social entendem e interpretam a realidade e a si mesmas (PCN – Língua Portuguesa -17) (grifo nosso).

Não só de palavras deve ser feito o conteúdo da língua portuguesa, pois língua é sistema de signos e a imagem compõe esse sistema.

5.2 Livro de Português para 7º ano do Ensino Fundamental II

O livro utilizado para o 7º ano apresenta-se dividido também em 4 Unidades de estudo com 3 capítulos em cada, totalizando 12 capítulos. O conteúdo indígena aparece apenas em 1 Unidade e em 1 capítulo, ou seja, está presente em aproximadamente 25% das unidades e em torno de 8% dos capítulos. Na Unidade 2, capítulo 3, na página 120 tem-se um texto noticiando o fato de que índios da região de Roraima executaram a dança da chuva.

A tabela 2 ilustra graficamente as aparições neste livro encontradas nas unidades, nos percursos, em forma de texto e de imagem:

Tabela 2- Ocorrências textuais e visuais no livro de 7º ano – Coleção “Português Linguagens”

	Unidades	Capítulos	Textos	Figuras
	2	3: A palavra e as portas.	Página 120: 1 ocorrência.	Página 120: Desenho de um índio.
Total	1 Unidade	1 Capítulo	1 ocorrência	1 foto

Fonte: elaborado pelos autores, 2018

5.3 Livro de Português para 8º ano do Ensino Fundamental II

O livro destinado ao 8º ano apresenta-se subdividido em 4 Unidades de Estudo, as quais contém 3 capítulos, totalizando 12 capítulos. Não há constatação de conteúdo que faça referência à temática em análise.

A constatação de que em um livro inteiro, sequer uma referência aos povos nativos é feita, denota esquecimento, descaso e vazio histórico e social destes sujeitos na formação escolar dos alunos do 8º ano. Tal constatação vai de encontro à preconização dos PCN de Língua Portuguesa, quando expõe que:

O discurso, quando produzido, manifesta-se linguisticamente por meio de textos. [...]A produção de discursos não acontece no vazio. Ao contrário, todo discurso se relaciona, de alguma forma, com os que já foram produzidos. Nesse sentido, os textos, como resultantes da atividade discursiva, estão em constante e contínua relação uns com os outros. (PCN – Língua portuguesa -23)

Nenhum discurso sobre os indígenas e sonegar conhecimentos é impedir que haja vivências linguísticas, além de não oportunizar aproximação com a variedade linguística do nosso país

5.4 Livro de Português para 9º ano do Ensino Fundamental II

O livro para 9º ano apresenta referência ao indígena apenas na unidade 3 e no capítulo 2, sendo que, assim como os demais anos, possui 4 unidades e total de 8 capítulos. Percentualmente apenas 25% das unidades estão contempladas, e somente em torno de 8% dos capítulos. Percebe-se pela tabela 3 que este livro é o que menos possui conteúdo sobre povos originários.

Tabela 3 - Ocorrências textuais no livro de 9º ano – Coleção “Português Linguagens”

	Unidades	Capítulos	Textos
	1	02 : Ser Jovem é...	Página: 170: 1 ocorrência.
Total	1 Unidades	1 Capítulo	01 ocorrência em texto

Fonte: elaborado pelos autores, 2018

Mais uma vez, a Coleção estudada, não apresenta nenhum recurso visual com referência aos povos nativos.

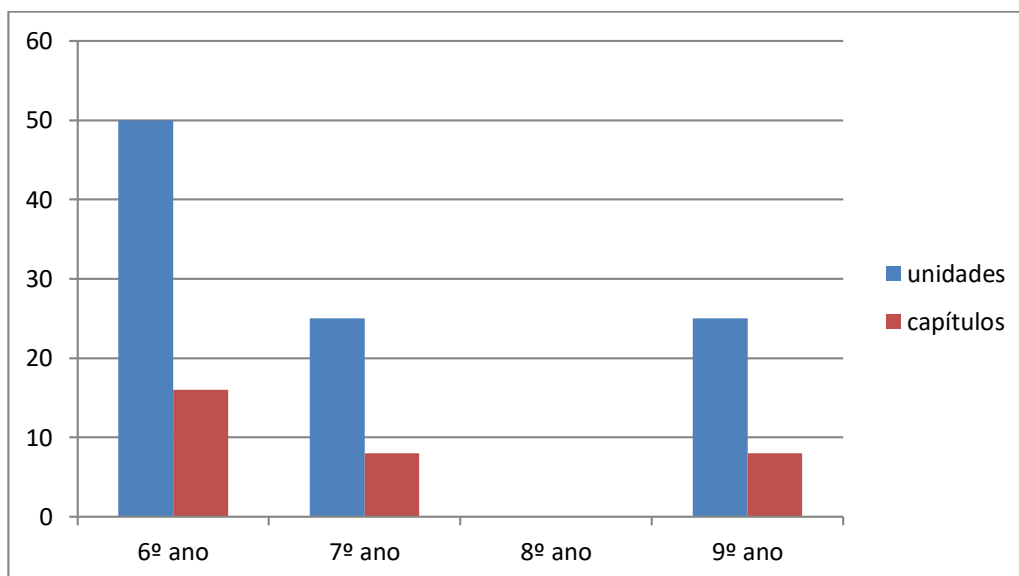
6 SÍNTESE DOS DADOS LEVANTADOS

Os achados na Coleção “Português Linguagens” foram muito aquém das expectativas dos pesquisadores, pois a obra pesquisada apresenta robusta paginação, além do fato de que o PCN da área de Língua Portuguesa norteia de maneira adequada para a inclusão de conteúdos diversos, para a inclusão de elementos culturais e históricos na linguagem. No entanto, quanto mais a pesquisa avançava, menos referências ao objeto de estudo eram encontradas. Eis o resumo dos achados!

Usando os quatro livros da coleção para comparação no que tange à menção ao conteúdo indígena, percebe-se que o livro do 6º ano tem a maior abrangência. Os livros do 7º e 9º anos empatam no quesito Unidades e Capítulos que abordam a temática pesquisada. Outro dado conclusivo incide sobre os livros do 6º e 9º ano que apresentam apenas ocorrências textuais, sem presença de qualquer figura alusivas ao conteúdo indígena.

Da observação do livro do 8º ano percebe-se a ausência de textos e de imagem, portanto nenhuma referência ao conteúdo indígena. Graficamente pode-se verificar abaixo:

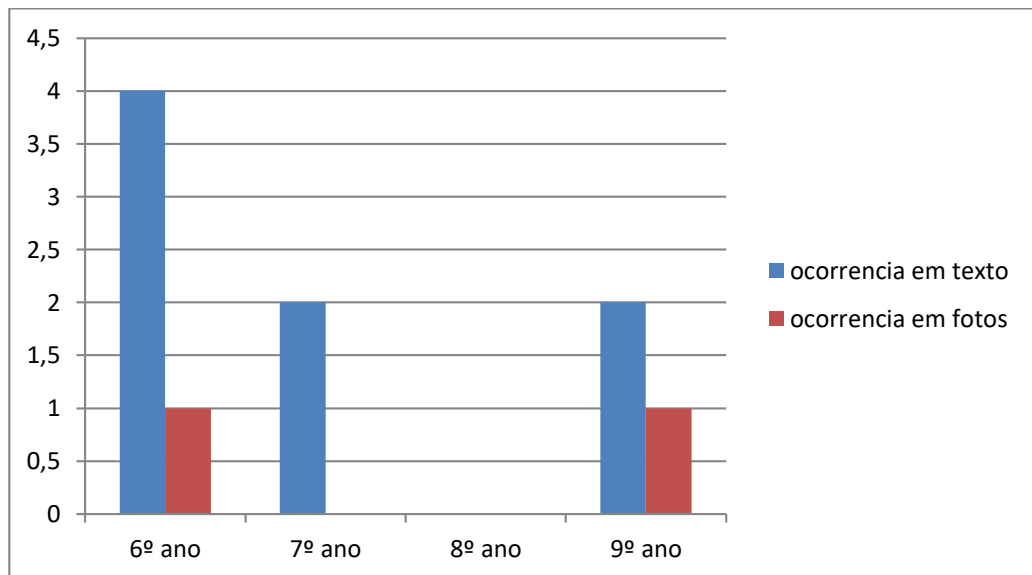
Gráfico 3 –Ocorrências entre os livros da Coleção “Português Linguagens”



Fonte: elaborado pelos autores, 2018.

As ocorrências em forma de texto foram mais frequentes, contabilizando 8 palavras relacionadas á temática indígena, enquanto que as fotos foram apenas 02 ocorrências. Mais uma vez, o livro do 6º ano, se destaca nas ocorrências de texto equiparando-se quanto as imagens com o livro do 9º ano como bem se depreende do gráfico a seguir.

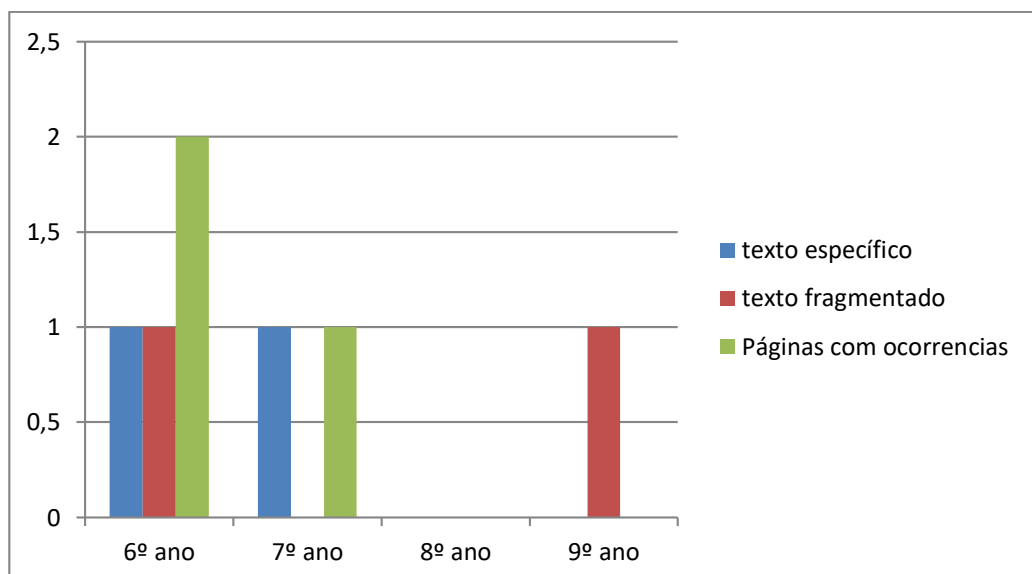
Gráfico 4 – Comparação dos tipos de ocorrências nos livros da Coleção “Português Linguagens”



Fonte: elaborado pelos autores, 2018

Quanto a extensão das ocorrências de conteúdo indígena em texto, observadas em 4 laudas, observa-se a existência de apenas 1 texto específico, enquanto que as demais aparições são vistas superficialmente. Dentre os livros analisados, os 6º e 7º anos apesar de uma quantidade pequena de textos, ainda conseguem ter mais aparições que os anos 8º e 9º, como bem se verifica no gráfico a seguir.

Gráfico 5 – Comparativo referente à extensão dos textos



Fonte: elaborado pelos autores, 2018

Constata-se após esta síntese dos dados que a formação dos educandos de Ensino Fundamental, os possíveis leitores, está comprometido, pois “Não se formam bons leitores

oferecendo materiais de leitura empobrecidos, justamente no momento em que as crianças são iniciadas no mundo da escrita”. (PCN – Língua Portuguesa - 29)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O livro didático é dever do Estado para com os estudantes da rede pública e bem como de entidades filantrópicas. Tal dever decorre de força normativa imposta desde a década de 1960 e aperfeiçoada no atual século como foi exaustivamente apresentado no texto.

A operacionalização de escolha e aquisição dos livros didáticos no Brasil para educação básica reflete o trabalho conjunto de professores por intermédio de PNDL e FNDE, cada uma com suas atribuições específicas. Esta operacionalização denota um volume imenso de atendidos e conseqüente valor econômico agregado conforme o tópico de dados estatísticos deste trabalho já apresentou. Os Parâmetros Curriculares Nacionais serve de medida norteadora para a escolha e adequação dos livros ao público alvo com vistas a promoção do exercício de cidadania.

Constatou-se que a presença do conteúdo indígena na Coleção “Português Linguagens”, a mais distribuída nas escolas de Ensino Fundamental II no ano de 2017 é bastante reduzido, tanto em texto quanto em imagem, denotando assim que tal conteúdo não é contemplado a contento como prevê os PCNS e a LDB. Frisa-se que o mencionado resultado é parcial, pois a análise qualitativa dos achados deve complementar a pesquisa. O grupo de pesquisa segue em trabalho na perspectiva qualitativa.

REFERENCIAS

BRASIL, **DECRETO Nº 9.099**, DE 18 DE JULHO DE 2017. Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro e do Material Didático. Brasília. Diário Oficial da União - Seção 1 - 19/7/2017, Página 7.

BRASIL, **Constituição Da República Federativa Do Brasil** - 1988. Brasília. D.O.U. 191-A DE 05/10/1988, P.1.

BRASIL, LEI 9.394 de 20/12/1996. **Estabelece As Diretrizes E Bases Da Educação Nacional**. Brasília D.O. DE 23/12/1996, P. 27833.

BRASIL, **LEI Nº 11.494, DE 20 DE JUNHO DE 2007**. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; altera a Lei nº 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis

n^{os} 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências. D.O.U. DE 21/06/2007, P. 7.

BRASIL, **Lei Nº 11.645**, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Diário Oficial da União 11/03/2008, Página 1.

BRASIL, **LEI Nº 5.537, DE 21 DE NOVEMBRO DE 1968**. Cria o Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação e Pesquisa (INDEP), e dá outras providências.

BRASIL, **Resolução Nº 42**, De 28 De Agosto De 2012. Ministério da Educação. Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) para a educação básica.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais: língua portuguesa** / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: 144 p.1. Parâmetros curriculares nacionais. 2. Língua portuguesa : Ensino de primeira à quarta série. I. Título.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais : terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais** / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1998. 174 p. 1. Parâmetros curriculares nacionais. 2. Ensino de quinta a oitava séries. I. Título

COCHAR, Thereza; Cereja, William. **Português Linguagens**. SARAIVA. São Paulo:9ª edição - 2015.